



Charges: uma leitura orientada pela Análise do Discurso de linha francesa¹

Armando Pilla²

Cynthia Boos de Quadros³

Universidade Regional de Blumenau (FURB) - SC

RESUMO

Ingrediente da vida diária, ilustrando páginas de revistas e jornais, a charge crítica, impressiona e provoca riso. Numa ligação íntima com a imprensa, como uma sátira gráfica a um acontecimento político, ela pode ser considerada uma prática discursiva situada no cosmo das relações entre o linguístico e o histórico-social. O discurso de humor gráfico é uma narrativa eloqüente que, ao usar recursos expressivos, possibilita uma leitura para além dos elementos superficiais do texto e auxilia o leitor na construção de novos e outros significados. Interessantes eixos norteadores para ler e interpretar charges são oferecidos pela linha francesa de Análise de Discurso, uma corrente de estudos que estabelece a relação existente entre língua/sujeito/história ou língua/ideologia.

PALAVRAS-CHAVE: charge, discurso, interpretação, Análise de Discurso.

Para início de conversa

É num palco de infinitas possibilidades de interpretação que circulam os discursos chargísticos. Eles assumem importante papel na construção e legitimação de significados, pois carregam visões de mundo formadoras ou conformadoras de opinião pública. Estreitamente relacionada à prática jornalística, a charge é um gênero de discurso que não está isento de influências sócio-históricas.

Todo o processo de elaboração das charges tem por base ou fonte de inspiração outros textos e discursos, principalmente notícias veiculadas por jornais impressos e outros meios de comunicação. Tecido com fios de um humor irreverente, crítico,

¹ Trabalho apresentado no GP Gêneros Jornalísticos do IX Encontro dos Grupos/Núcleos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestre em Ciências da Linguagem (Unisul). Professor de redação publicitária da Universidade Regional de Blumenau (Furb). apilla@hotmail.com

³ Mestre em Ciências da Linguagem (Unisul). Professora de pesquisa de mercado e coordenadora do Instituto de Pesquisas Sociais da Universidade Regional de Blumenau (Furb). cynthia@furb.br



aparentemente inofensivo, o discurso da charge desvela o cotidiano da sociedade, valores, experiências, fraquezas, misérias e grandezas marcadamente humanas. Por isso, as charges são potencialmente decisivas no processo de construção e veiculação de ideologias.

Identificadas pela mídia como peças de humor gráfico, as charges comportam a articulação do verbal (palavra) com o não-verbal (imagem) que constrói múltiplas direções de leitura, associando recursos como a ironia e o desenho caricatural. Outro aspecto importante é que elas costumam ser tão ricas e densas quanto outros textos opinativos, como crônicas e editoriais, que transmitem um posicionamento crítico sobre personagens e fatos políticos.

Portanto, a compreensão dos discursos chargísticos requer um entendimento contemporâneo ao momento em que se estabelece a relação discursiva entre interlocutores, pois somente assim é possível perceber as estratégias utilizadas pelos vários atores sociais envolvidos no contexto de produção. Nesse percurso, um dos caminhos possíveis é aberto pela Análise do Discurso (AD).

O processo de análise discursiva, segundo Orlandi (2001), procura interrogar os sentidos estabelecidos em diversas formas de produção, que podem ser verbais (textos orais e escritos) e não verbais (imagens como a fotografia e linguagem corporal como a dança), bastando que sua materialidade produza sentidos para interpretação. Para a AD, o que interessa não é a organização lingüística do texto, mas “o que o texto organiza em sua discursividade, em relação à ordem da língua e das coisas. Não analisamos o sentido do texto, mas como o texto pode produzir sentidos”, afirma Orlandi (1998, p. 11).

Assim, na análise de charges é preciso dirigir atenção para as estratégias, muitas vezes silenciosas e sutis, que insinuam leituras e escrituras no fio discursivo. Em síntese, observar os jogos cênicos, as entrelinhas, o explícito e o implícito, o dito e o não-dito. O leitor precisa ter sensibilidade para perceber os efeitos de sentido subjacentes ao texto. Afinal, todo dizer se inscreve num cosmo sentidos pré-construídos em constante diálogo e imbricação, um mutável e agitado universo preche de significados.

AD: uma disciplina de entremeio



Análise do Discurso (AD) é uma disciplina que começou a se desenvolver nos anos sessenta do século vinte na Europa, principalmente na Alemanha, na França e na Inglaterra, com o propósito de investigar fenômenos lingüísticos inexplicáveis por meio de estudos que tomavam como unidade básica a palavra (em sentido estrito) ou a frase.

Cumprе salientar que não existe apenas uma linha de Análise de Discurso. Segundo Gill (2002, p. 246), são conhecidas “ao menos 57 variedades de análise de discurso” com enfoques variados, a partir de diversas tradições teóricas, porém, todas reivindicando o mesmo nome. O autor (Ibidem, p. 244) aponta que o que esses diferentes estilos têm em comum, ao tomar como objeto o discurso, é que partilham de “uma rejeição da noção realista de que a linguagem é simplesmente um meio neutro de refletir, ou descrever o mundo, e uma convicção da importância central do discurso na construção da vida social”.

Ao apresentar o filósofo francês Michel Pêcheux como um dos fundadores da corrente de estudos que estabelece a relação existente no discurso entre língua/sujeito/história ou língua/ideologia, Orlandi (2003) comenta que quem segue este princípio pode afirmar uma filiação com a AD da linha francesa.

Foram os estudos de Pêcheux que efetivamente forneceram uma base teórico-metodológica para o desenvolvimento da AD que, tanto para Orlandi (2003) quanto para Mutti (2003), não é uma metodologia, mas sim uma disciplina de interpretação fundada pela intersecção de epistemologias distintas, pertencentes a áreas da linguística, do materialismo histórico e da psicanálise. A AD é então uma disciplina “de entremeio” que, conforme Orlandi (1998, p. 23), “não acumula conhecimentos meramente, pois discute seus pressupostos continuamente. Ela articula o lingüístico com o social e o histórico, ocupando-se da determinação histórica dos processos de significação”.

É nesse espaço de discussão, que permite o diálogo e o confronto de várias disciplinas e ciências, que Pêcheux (1993) desenvolve a idéia de que a linguagem é uma importante forma material da ideologia, considerando que a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica deste é a língua. Na sua análise do discurso, ele procura demonstrar os embates ideológicos que ocorrem no funcionamento da linguagem e a existência da materialidade lingüística na ideologia.



Para Pêcheux (1993), a linguagem é um fenômeno que deve ser estudado em relação ao seu interior, como forma lingüística, e em seu exterior, como forma material da ideologia. Assim, não pode ser compreendida como um sistema significativo fechado, sem relação com o exterior, mas sim a partir do contexto histórico-ideológico dos sujeitos que a produzem e que a interpretam. Nesse sentido, a AD

não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso etimologicamente, tem em si a idéia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem [...] não trabalha com a língua enquanto sistema abstrato, mas com a língua no mundo, com maneiras de significar, com homens falando, considerando a produção de sentidos enquanto parte de suas vidas, seja enquanto sujeitos, seja enquanto membros de uma determinada forma de sociedade (ORLANDI, 2002, p. 15-16).

Orlandi (2002, p. 21) destaca que “as relações de linguagem são relações de sujeitos e de sentidos e seus efeitos são múltiplos e variados”. Assim, o discurso não é apenas um texto, mas um conjunto de relações que se estabelecem nos momentos antes e durante a produção desse texto e também dos efeitos que são produzidos após a enunciação dele. O texto é concebido como a materialidade lingüística através da qual se pode chegar ao discurso, é a relação da língua com a história.

Nesse ponto, importa distinguir as noções de texto e discurso adotadas pela AD, retomando a fala de Orlandi (2002), que considera o texto como a unidade que o analista tem diante de si e que o remete a um discurso, que se explicita em suas regularidades pela sua referência a uma ou outra formação discursiva que, por sua vez, ganha sentido porque deriva de um jogo definido pela ideologia naquela conjuntura. Em síntese, o texto é

a unidade de análise afetada pelas condições de produção e é também o lugar de relação com a representação da linguagem: som, letra, espaço, dimensão direcionada, tamanho. Mas é também, e sobretudo, espaço signifiante: lugar de jogo de sentidos, de trabalho da linguagem, de funcionamento da discursividade. Como todo objeto simbólico, ele é objeto de interpretação (ORLANDI, 2002, p. 72).

A autora (2002, p. 70) observa ainda que não é a extensão que delimita um texto e nem o fato de ser oral ou escrito e diz que “todo texto é heterogêneo: quanto à natureza dos diferentes materiais simbólicos (imagem, som, grafia, etc.); quanto à



natureza das linguagens (oral, escrita, científica, literária, narrativa, descrição, etc); quanto às posições do sujeito”.

Discurso na AD: estrutura e acontecimento

Com Michel Pêcheux, a análise de discurso ganhou traços que a aproxima mais de uma disciplina de interpretação, assumindo, conforme Pêcheux (1990, p. 23), “o objetivo de explicitar e descrever montagens, arranjos sócio-históricos de constelações de enunciados”. Nas palavras de Orlandi (2003, p. 117), “compreender, na perspectiva discursiva, não é, pois, atribuir um sentido, mas conhecer os mecanismos pelos quais se põe em jogo um determinado processo de significação”.

No conceito de discurso, Pêcheux (1990) faz intervir as noções de estrutura (entendida como sistema) e acontecimento (visto sob a ótica da historicidade) como materialidades constitutivas, numa aproximação com o pensamento de Michel Foucault (2004, p. 8-9), que apresenta a hipótese de que em toda a sociedade a produção do discurso “é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade”.

Ao abordar a relação entre as práticas discursivas e os poderes que as controlam e delimitam, Foucault (2004, p. 21) defende que “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”. Considera, assim, elementos exteriores que exercem pressão e condicionam a produção e a distribuição de discursos, referindo-se também a procedimentos internos, como os princípios de classificação, ordenação e distribuição, submetidos a outra dimensão do discurso: a do “acontecimento” e do “acaso”.

A respeito da noção de acontecimento, Orlandi (2001, p. 46) comenta que ela “faz sentido na AD pela sua relação com estrutura. É acontecimento porque se dá no mundo, sendo da ordem do que reclama sentido e é estrutura porque tem a ordem da língua (sujeita à falha), capaz de equívoco”.

Foucault (2004, p. 35-36) fala sobre regras de uma “polícia discursiva que devemos reativar em cada um de nossos discursos”, isto é, os princípios de controle da



produção (coerção) do discurso ou procedimentos que permitem limitar os poderes que eles têm e dominar os acasos de sua aparição. Sobre as condições que determinam o funcionamento do discurso, o autor (2004, p. 49) se refere à apropriação social do discurso que, para ele, nada mais é do que um jogo de escritura, de leitura e de troca que coloca os signos como ponto central — “o discurso anula-se, assim, em sua realidade, inscrevendo-se na ordem do significante”.

Segundo Saussure (2008), o signo lingüístico é formado pelo significado, a que corresponde um conceito e, pelo significante, a que corresponde uma imagem acústica ou gráfica do conceito. Deste modo, pode-se dizer que o signo é uma entidade de duas faces, o significado e o significante, intimamente ligadas, que se reclamam reciprocamente em situação da linguagem em funcionamento.

É nesse jogo que Pêcheux (1990, p. 53) observa que “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente para derivar para um outro”, o que é significativo para a AD, pois o sentido não é compreendido como uma unidade fixa, já que é histórico e, por isso, não imune a alterações.

O conceito de formação discursiva de Foucault (1997) comporta o entendimento de que os discursos são uma dispersão, ou seja, são formados por elementos que não estão ligados por nenhum princípio de unidade *a priori*. Para o autor (1997, p. 43),

sempre que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão e se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições, funcionamentos, transformações) entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, teremos uma formação discursiva.

A partir dessa perspectiva, Pêcheux (1995, p. 160) traz para a AD a concepção foucaultiana de discurso como prática, relacionando tal conceito à questão da ideologia e definindo a formação discursiva como “aquilo que, numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina o que pode e deve ser dito”.

Pêcheux (2000, p. 9) retoma a questão dos aparelhos ideológicos de Estado – igrejas, escolas, partidos, empresas, famílias, jornais —, com base na releitura de Karl Marx feita por Althusser (1998), e afirma que eles são, por sua própria natureza, plurais: eles não formam um bloco ou uma lista homogênea, mas existem dentro de “relações de

contradição-desigualdade-subordinação” tais que suas “propriedades regionais (sua especialização [...] nos domínios da religião, do conhecimento, da moral, do direito, da política, etc)” contribuem desigualmente para o desenvolvimento da luta ideológica entre classes antagonistas e da mesma forma desigual intervêm na reprodução ou na transformação das condições de produção.

Então o discurso, mesmo sendo passível de descrição por suas regras de formação, por suas regularidades, é constitutivamente heterogêneo, porque no interior dele coabitam vozes que se entrecruzam, dialogam, aproximam-se e se distanciam, concordam e divergem. É, assim, um espaço habitado por diferenças, pois, como colocado por Pêcheux (1995, p. 57), uma formação discursiva é “constitutivamente freqüentada por seu outro”.

O trabalho de análise do discurso

No trabalho de análise de um discurso, um dos primeiros pontos a considerar, segundo Orlandi (2002a, p. 62), é a constituição do *corpus*, partindo da premissa de que “quanto à natureza da linguagem, a AD se interessa por práticas discursivas de diferentes naturezas, incluindo imagem, som, letra”.

Importa lembrar, tomando as palavras de Orlandi (1987, p. 13), que a AD busca a compreensão do processo discursivo: ela “problematiza a atribuição de sentido(s) ao texto”. Então, a tarefa do analista de discurso não é interpretar, mas compreender como um texto funciona, ou seja, como ele produz sentidos. A transformação da superfície lingüística em um objeto discursivo é apontada por Orlandi (2002) como o primeiro passo para essa compreensão. Ela diz que a análise se inicia

pela configuração do corpus, delineando-se seus limites, fazendo recortes, na medida mesma em que se vai incidindo um primeiro trabalho de análise, retomando-se conceitos e noções, pois a análise de discurso tem um procedimento que demanda um ir-e-vir constante entre teoria, consulta ao corpus e análise. Esse procedimento dá-se ao longo de todo o trabalho (ORLANDI, 2002, p. 67).

Nessa perspectiva, torna-se fundamental a noção de funcionamento da linguagem, sem esquecer, como recomenda Orlandi (1987, p. 117), “que este funcionamento não é totalmente lingüístico, uma vez que dele fazem parte as condições de produção, que representam o mecanismo de situar os protagonistas e o objeto do



discurso”. A ideia de funcionamento supõe a relação estrutura/acontecimento apresentada por Pêcheux (1995) e permite que o analista trabalhe não somente com o que as partes significam, mas com as regras que tornam possível qualquer parte.

O analista deve observar os três momentos do processo de produção do discurso referidos por Orlandi (2001): constituição, formulação e circulação. A constituição envolve a memória do dizer, fazendo intervir o contexto histórico-ideológico mais amplo, enquanto a formulação se dá em condições de produção e circunstâncias de enunciação específicas; já a circulação se insere em certa conjuntura e também envolve certas condições.

Importa, como orienta Orlandi (2002, p. 59), colocar o dito em relação ao não dito, o que o sujeito diz em um lugar com o que é dito em outro lugar, o que é dito de um modo com o que é dito de outro, “procurando ouvir, naquilo que o sujeito diz, aquilo que ele não diz, mas que constitui igualmente os sentidos de suas palavras”.

Feita a análise, “não é sobre o texto que falará o analista, mas sobre o discurso”, salienta Orlandi (2002a, p. 72), acrescentando que “o que temos, como produto de análise, é a compreensão dos processos de produção de sentidos e de constituição dos sujeitos em suas posições”. Ela lembra ainda que “os sentidos são no meio de outros e há mais espaço para incertezas do que para afirmações categóricas [...] quando se trata de pensar os sentidos, no modo como eles funcionam pela ideologia em um mundo a significar”.

O discurso chargístico

A charge trabalha com uma linguagem que se compõe simultaneamente de imagem (o desenho) e de palavras. Segundo Flôres (2002, p. 14.), é “um texto usualmente publicado em jornais sendo via de regra constituído por quadro único”. Invariavelmente o chargista transcende o domínio do puramente visual, aliando desenho e texto escrito.

Nesse aspecto, Aumont (1995, p. 248) oferece importante contribuição teórica, quando defende a ideia de que “não há imagem 'pura', puramente icônica” e diz que “o problema do sentido da imagem é, pois, o da relação entre imagens e palavras, entre imagem e linguagem”. Numa premissa aplicável à análise de charges, Aumont (1995)

ênfatiza que, para ser plenamente compreendida, uma imagem necessita do domínio da linguagem verbal.

Se a imagem contém sentido, este tem de ser "lido" por seu destinatário, por seu espectador: é todo o problema da interpretação da imagem. Todos sabem, por experiência direta, que as imagens, visíveis de modo aparentemente imediato e inato, nem por isso são compreendidas com facilidade [...] O problema da interpretação será tanto mais crucial quanto mais o objetivo da imagem for sentido como importante (AUMONT, 1995, p. 250).

De acordo com Nery (2008), na sua forma atual, a charge mantém vivas muitas das tradições expressivas que a compuseram historicamente, definindo-se pela apropriação e reatualização constantes de diferentes linguagens: pictórica, literária e teatral.

Comentário político ou sátira dos costumes, a charge é uma narrativa que, como qualquer outra, opera com a seleção e combinação de elementos para criar uma cena; mas uma cena na qual não ocorre um desenrolar sequencial dos episódios. Ao contrário, a imagem muitas vezes emoldurada por uma grande massa de texto, pressupõe que seu observador complemente a dramatização, supondo um começo e um desfecho temporais que, a rigor, não estão ali desenhados. Dessa operação encarrega-se o leitor, conferindo alguma cronologia a uma percepção necessariamente simultânea da ação traçada (NERY, 2008).

Sobre a teatralidade da charge, Machado e Mello (2001, p. 51) tratam da noção de encenação do discurso (*mise en scène*), afirmando que “todos nossos atos linguageiros têm um lado teatral já que [...] temos de estar sempre atentos para produzir a encenação adequada”.

Nery (2008) comenta que a linguagem da charge está em comunicação constante, direta, aberta com o passado, a despeito de alimentar-se da novidade, do presente e, ainda, a despeito de ser considerada uma narrativa efêmera, cuja mortalidade está fixada para o mesmo dia. Sobre este aspecto, Nogueira (2003, p. 3-4) pondera que o desgaste das intenções da temática da charge, centrada na atualidade, “é inevitável, entretanto, dentro de um contexto histórico, poderá por diversas vezes repetir-se, ou seja, permanecer atual enquanto crítica ao *establishment* econômico ou social de um país”.

Importante acréscimo a esta discussão é feito por Nery (2008), quando afirma que, ao mesmo tempo em que a charge tem uma natureza extremamente plástica, adaptável, apóia-se num elenco de referências estáveis, altamente esquematizadas.

Como num jogo, a charge envolve uma série de regras e suas peças podem ser reordenadas de acordo com os objetivos de cada partida.

A charge no discurso jornalístico

Comumente entendida como um discurso que critica um personagem, fato ou acontecimento político específico em um determinado momento histórico, a charge é uma das formas de humor gráfico mais utilizadas atualmente pela mídia. De natureza eminentemente política, de acordo com Maringoni (1996), a charge acaba sendo uma espécie de editorial gráfico que revela aspectos concretos de uma determinada época histórica.

Fortemente associado ao discurso midiático, o humor gráfico presente na charge se dá pelo exagero dos traços e pela síntese dos fatos. Além da imagem do alvo que pretende atingir, a charge explicita uma crítica à realidade social e política, enfocando um flagrante do cotidiano. Ao abordar a importância da charge, Flôres (2002, p. 10) afirma que ela decorre

não só do seu valor como documento histórico, como repositório das forças ideológicas em ação, mas, também, como espelho de imaginário de época e como corrente de comunicação subliminar, que ao mesmo tempo projeta e reproduz as principais concepções sociais, pontos de vista, ideologias em circulação.

Flôres (2002, p. 11) aponta a charge como “um interessante objeto de estudo por aquilo que mostra e diz de nós mesmos e do mundo em que vivemos”. A autora salienta que ela “contém grande potencial de questionamento crítico e de confronto de opiniões a respeito da organização social, dos arranjos políticos e da disputa pelo poder”. Acrescenta que “sua temática, em geral, versa sobre o cotidiano – questões sociais que afligem, irritam, desgostam, confundem [...]. Por natureza, é polêmica”. Assim, a charge se desprende da função de apenas ilustrar o cotidiano.

Com uma síntese dos acontecimentos filtrados pelo olhar de seus atentos produtores e a utilização de recursos visuais e lingüísticos, a charge transforma a intenção artística, nem sempre objetivando o riso – embora o tenha como atrativo – em uma prática política, como uma forma de resistência aos acontecimentos (NOGUEIRA, 2003, p. 3).



Por meio de sua análise, diz Flôres (2002, p. 11), “podem-se perceber as estratégias utilizadas pelos vários segmentos envolvidos nos jogos de poder e manipulação de que consciente ou inconscientemente somos atores e alvos”.

Leitura e interpretação de charges

Quando se trata de ler e interpretar charges, há que se considerar, como recomenda Flôres (2002, p. 11), que o discurso chargístico “dirige-se a sujeitos socialmente situados, ou seja, a sujeitos já inscritos na ideologia”, portanto, participantes na construção do sentido. “A temperatura ideológica das mensagens é alta [...] Sua leitura é exigente”, adverte a autora.

Romualdo (2000) salienta que a linguagem da charge alimenta-se da notícia, dos acontecimentos sociais, e é possível que não seja compreendida sem uma explicação sobre o fato que a gerou. Nas palavras de Nogueira (2003, p. 3), “enquanto manifestação comunicativa baseada na condensação de ideias, a sua compreensão requer um entendimento contemporâneo ao momento exposto na relação dos personagens”, ou seja, no momento específico em que se estabelece a relação discursiva entre interlocutores.

Para Romualdo (2000), outro aspecto importante é que, na construção interna da charge, o autor informa e também opina sobre um tema por meio da representação de um “mundo às avessas”, satirizado pela própria inversão de valores sociais, oferecendo ao interlocutor uma visão crítica da realidade. Esse discurso se concilia às palavras de Bakhtin (2003, p. 296-297): “Todo enunciado concreto é um elo na cadeia de comunicação discursiva de um determinado campo [...] Cada enunciado é pleno de ecos e ressonâncias de outros enunciados com os quais está ligado pela identidade da esfera de comunicação discursiva”. Então, seguindo os fundamentos de Bakhtin (2003, p. 127), analisar charges implica estudá-las em seus aspectos polifônico e dialógico, considerando que é

o discurso de outrem, na linguagem de outrem que serve para refratar a expressão das intenções do autor. A palavra deste discurso é bivocal. [...] O discurso bivocal é sempre dialogizado. Assim é o discurso humorístico, irônico, paródico [...] Todos são bivocais. Neles se encontra um diálogo potencial, um diálogo centrado de duas vozes de duas visões de mundo.

Cabe aqui buscar a noção de interdiscursividade, pois é a partir dela que se

analisam as relações de um discurso, considerando outros que lhes são recorrentes. O interdiscurso significa os saberes constituídos na memória do dizer; são sentidos que foram se construindo historicamente a partir da constelação das relações de poder, que podem ser assumidos ou não pelo sujeito, a depender das posições discursivas que este poderá ou não ocupar em função do funcionamento da ideologia. Lembrando o dialogismo de Bakhtin (2003), os textos se remetem a textos anteriores e antecipam textos posteriores, ou seja, transformam textos anteriores e reestruturam as convenções existentes a fim de originar novos textos.

A interdiscursividade sustenta assim o “diálogo” da charge com outros textos/discursos: ela comumente contém informações que compõem editoriais, matérias e reportagens, ou seja, enfatiza o mesmo acontecimento abordado por outros textos apresentados num mesmo espaço e num mesmo tempo. Esta relação é deflagrada na medida em que o autor produz a charge buscando elementos nesses outros textos/discursos, ao mesmo tempo em que procura prever o posicionamento do público-leitor.

Para desenvolver uma análise de charges deve-se, então, situá-las no seu contexto sócio-histórico e verificar as condições de produção, compreender a relação dialógica estabelecida entre texto-autor-interlocutor, identificar os julgamentos e opiniões colocadas em jogo numa dada circunstância comunicativa, desvelar a cumplicidade entre os participantes deste discurso. Implica também observar as entrelinhas, o dito e o não-dito, na tentativa de ouvir as diferentes vozes que se entrecruzam no discurso chargístico e decifrar as marcas tanto do sujeito-autor quanto da empresa jornalística, sem esquecer que a charge geralmente aparece como editorial gráfico – portanto expressa a opinião do jornal, da direção ou da equipe de redação.

Deve-se considerar que a charge, como observa Adghirni (2009), “é uma forma de opinião explícita, oferecida pelo artista ao povo, que tem o aval da chefia na hierarquia de poder dos jornais. [...] Usa-se com fins específicos, para rir, para provocar, para alertar o cidadão e exprimir o sufoco da sociedade em determinados momentos”. Portanto, “ela jamais é inocente”. A autora chama a atenção para os acirrados debates sobre liberdade de expressão e tolerância religiosa motivados pela publicação, por jornais europeus em 2005 e 2006, de caricaturas do profeta Maomé, satirizando a

intolerância entre os muçulmanos e islâmicos ligados ao terrorismo. Ela afirma que o episódio serve para lembrar o poder da imprensa e a força do discurso chargístico.

Segundo o jornal O Estadão (2008), mais de 50 pessoas morreram no mundo todo em protestos pela publicação das caricaturas, que incluem uma imagem de Maomé com uma bomba sobre a cabeça no lugar de um turbante e outra mostrando Maomé em um paraíso nublado dizendo a um grupo de homens-bomba envolvidos em fumaça: “Parem, nós não temos mais virgens!”. Tomando por exemplo os conflitos provocados pelos desenhos de Maomé, Adghirni (2009) assevera: “não existe caricatura inocente. Charge é carga. Pesada. Provocou incêndios, destruição, rompimento de contratos diplomáticos e comerciais, manipulações políticas e muito mais. Quem diria? Um desenho mata muita gente”.

Considerações finais

Como espaço significante, o discurso chargístico traz, na sua constituição, marcas de heterogeneidade que possibilitam novas conexões entre história e linguagem e multiplicam as perspectivas de leitura e ressignificação. Os sentidos produzidos no interior das charges são representações do mundo, envolvem a interpretação de acontecimentos que podem estar filiados a diferentes formações discursivas.

O humor contido na charge muitas vezes mascara a intenção ideológica com o estímulo ao riso. Ao proporcionar uma releitura das notícias, ao mesmo tempo em que sugere, a charge esconde significados. É neste jogo de sentidos que o discurso chargístico se constrói como um mosaico de já-ditos, de diferentes perspectivas e visões de mundo, como uma trama tecida a partir de inscrições históricas, sociais e ideológicas que reclamam novos significados.

Ao partir das notícias, de um tema ou de um contexto discursivo imediato para manter o diálogo com seus traços e seus enunciados verbais, o chargista constrói um discurso sobre outro discurso e assim se estabelece, de certa maneira, um modo de, nas palavras de Landowski (1995, p. 81), “ler o espetáculo do mundo que o jornal nos oferece”.

Referências bibliográficas



ADGHIRNI, Zélia Leal. Quando a charge mata. **Mídia&Política**. Universidade de Brasília. Disponível em: <<http://www.midiaepolitica.unb.br>>. Acesso em: 05 maio 2009.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

FLÔRES, Onici. **A leitura da charge**. Canoas: Ulbra, 2002.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1997.

_____. **A ordem do discurso**. 11. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

GILL, Rosalind. Análise de discurso. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 3. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2002. p. 244-70.

LANDOWSKI, Eric. **Não se brinca com o humor: a imprensa política e suas charges**. Face, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 64-95, jul./dez. 1995.

MARTINS, F. M. “O que pode e deve ser dito no discurso de divulgação de ciência: Nós precisamos da incerteza, é o único modo de continuar”. In: SEAD, 3., 2007, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre, 2007.

MUTTI, Regina Maria Varini. O primado do outro sobre o mesmo... . In: Seminário de Estudos em Análise de Discurso, 1., Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, 2003. p. 10-13. 1 CD-ROM.

NOGUEIRA, Andréa de Araújo. A charge: função social e paradigma cultural. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Intercom, 26., 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte/MG, set. 2003.

O ESTADÃO. Jornalista que reproduziu caricaturas de Maomé condenado. 19 jan. 2008. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/internacional/not_int111815,0.htm>. Acesso em: 04 maio 2009.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. 2. ed. rev. e aum. Campinas, SP: Pontes, 1987.

_____. **Interpretação: autoria, leitura, efeitos sobre o trabalho simbólico**. Rio de Janeiro: Vozes: 1998.

_____. **Discurso e texto: formação e circulação de sentidos**. Campinas, SP: Pontes, 2001.

_____. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 2002.

_____. A análise de discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil. In: Seminário de Estudos em Análise de Discurso, 1., 2003, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, nov. 2003, p. 10-13. 1 CD-ROM.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

_____. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (Org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 2. ed. Campinas, SP: Unicamp, 1993. p. 61-105.

_____. **O discurso: estrutura ou acontecimento?** Campinas/São Paulo: Pontes, 1990.

_____. **Remontemos de Foucault a Spinoza.** Trad. Maria R. Gregolin, mimeo, 2000.

ROMUALDO, Edson Carlos. **Charge jornalística: intertextualidade e polifonia - um estudo de charges da Folha de São Paulo.** Maringá, PR: Eduem, 2000.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Lingüística Geral.** 30. ed. São Paulo: Cultrix, 1988.